



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANO LECTIVO

2007/2008

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Direito Administrativo		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	Obrigatória	Ano / Semestre	2ºA/1ºSem

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	TP=45	OT=15

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador
Teóricas		
Teórico-Práticas	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

- Posicionar a Administração Pública face ao Direito Administrativo e este em face daquela, com base na compreensão do que sejam, por um lado, os modos típicos de organização, funcionamento e controlo da Administração, bem como as formas de actividade administrativa exercidas pela mesma, e, pelo outro, o Direito Administrativo, suas características, fontes, funções e tipos de normas;
- Fornecer uma visão panorâmica da organização administrativa portuguesa, mediante o enunciado e caracterização das modalidades de administração pública que nela se englobam, complementando-a, em termos da correspondente teoria geral, com a abordagem dos elementos, sistemas e princípios constitucionais pertinentes;
- Apreender o que é o procedimento administrativo, com particular destaque, no âmbito do procedimento comum, para a sua tramitação e para o papel desempenhado pelo acto administrativo, quer quanto a requisitos de validade e de eficácia, quer quanto a causas e regimes de invalidade, e, no universo dos procedimentos especiais, para o procedimento regulamentar e para o procedimento contratual;
- Dar uma ideia das garantias de que os particulares podem socorrer-se para fazer face aos comportamentos da Administração que sejam lesivos dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

PARTE I INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de Direito Administrativo
2. Administração pública e administração privada
3. Os vários sentidos da expressão administração pública
4. A função administrativa no quadro das funções do Estado
5. Formas da actividade administrativa
6. Sistemas administrativos
7. A administração pública e o direito. Ilegalidade e ilicitude
8. O princípio da legalidade e a presunção de legalidade
9. O controlo da administração pública
10. O direito administrativo: noção, características, fontes, funções e tipos de normas
11. A ciência do direito administrativo e a ciência da administração
12. O direito administrativo e os outros ramos do direito
13. Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais

CAPÍTULO II O INTERESSE PÚBLICO E A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

14. O interesse público: definição e prossecução
15. Interesse público, legalidade e mérito. O dever de boa administração
16. Vinculação e discricionariedade
17. Fundamentação e formalismo
18. Poder de decisão unilateral e a participação dos interessados na tomada de decisão
19. Autotutela executiva: significado e implicações
20. O interesse público e os interesses dos particulares
21. O princípio da proporcionalidade
22. Os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da boa fé
23. O princípio da responsabilidade

PARTE II ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I GENERALIDADES

24. Preliminares
25. Espécies de administração pública

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

§ 1º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRECTA

26. A administração central
27. A administração periférica
28. Os serviços da administração directa
29. A administração independente

§ 2º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRECTA

I GENERALIDADES

- 30. Noção
- 31. Âmbito

II PESSOAS COLECTIVAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 32. Institutos públicos
 - 1. Serviços personalizados
 - 2. Fundações públicas
 - 3. Estabelecimentos públicos
 - 4. Regime jurídico dos institutos públicos
- 33. Entidades públicas empresariais

III PESSOAS COLECTIVAS PRIVADAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 34. Empresas públicas sob forma societária
- 35. Fundações criadas por iniciativa pública
- 36. Associações criadas por iniciativa pública

§ 3º A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

I GENERALIDADES

- 37. Noção
- 38. Âmbito

II AUTARQUIAS LOCAIS

- 39. Preliminares
- 40. Regime jurídico das autarquias locais
- 41. Freguesia
 - 1. Noção e atribuições
 - 2. Órgãos
- 42. As associações de freguesias
- 43. As freguesias e as organizações de moradores
- 44. O Município
 - 1. Noção
 - 2. Criação e extinção
 - 3. Classificação de municípios
 - 4. Atribuições dos municípios
 - 5. Órgãos
- 45. O associativismo municipal
 - 1. Preliminares
 - 2. Áreas metropolitanas
 - 3. Comunidades intermunicipais
 - 4. Associações municipais de fins específicos
- 46. A intervenção do Estado na gestão autárquica
- 47. A Região
 - 1. Noção
 - 2. Atribuições
 - 3. Órgãos
 - 4. O processo de regionalização

48. A administração regional autónoma
1. Noção
 2. Remissão
49. As associações públicas
1. Noção
 2. Espécies
 3. Regime constitucional específico
 4. As associações públicas profissionais em especial
50. As pessoas colectivas privadas da administração autónoma

CAPÍTULO III TEORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

§ 1º ELEMENTOS

I PESSOAS COLECTIVAS

51. Noção e espécies
52. Regime jurídico
53. Órgãos
1. Preliminares
 2. Classificações
3. Os órgãos colegiais em especial
54. Atribuições e competências
1. Generalidades
 3. A competência em especial
55. Relações interorgânicas
1. Noção
 2. Hierarquia administrativa
 3. Supervisão
 4. Delegação de poderes ou de competência
56. Relações intersubjectivas
1. Noção
 2. Tutela administrativa
 3. Superintendência
57. Serviços públicos
1. Noção
 2. Estrutura organizativa
 3. Regime jurídico

§ 2º SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 58 Sistemas de organização administrativa
1. Conceito e elenco
 2. Concentração e desconcentração
 3. Centralização e descentralização
 4. Integração e devolução de poderes

§ 3º PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 59 Enumeração e conteúdo
- 60 Limites

PARTE III A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 61.Noção
- 62.Espécies
- 63.A codificação das regras do procedimento administrativo – o CPA

CAPÍTULO II A TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COMUM DE 1º GRAU PARA A TOMADA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

- 64.O arranque
- 65.A instrução
- 66.A audiência dos interessados
- 67.A decisão
- 68.A omissão juridicamente relevante

CAPÍTULO III A DECISÃO EXPRESSA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 69.Conceito de acto administrativo
- 70.Estrutura do acto administrativo
- 71.Das formalidades em especial
- 72.Tipologia dos actos administrativos primários
- 73.Principais classificações de actos administrativos
- 74.O acto administrativo lesivo
- 75.A execução do acto administrativo

CAPÍTULO IV VALIDADE E EFICÁCIA DO ACTO ADMINISTRATIVO

- 76.Noções gerais
- 77.Requisitos de validade
- 78.Requisitos de eficácia
- 79.Causas de invalidade do acto administrativo
- 80.Regimes de invalidade do acto administrativo
- 81.Âmbito de aplicação dos regimes de nulidade e de anulabilidade
- 82.Correspondência entre causas de invalidade e regimes de invalidade
- 83.Sanação dos actos administrativos ilegais

CAPÍTULO V OS ACTOS SECUNDÁRIOS – A EXTINÇÃO DO ACTO ADMINISTRATIVO

- 84.Tipologia dos actos administrativos secundários
- 85.A revogação em especial

CAPÍTULO VI O PROCEDIMENTO REGULAMENTAR

- 86.Separação de poderes, poder normativo e poder regulamentar. Origem, natureza e fundamentos do poder regulamentar
- 87.Conceito. O regulamento, a lei e o acto administrativo
- 88.Espécies de regulamentos
- 89.Limites do poder regulamentar
- 90.Competência regulamentar e formas jurídicas dos regulamentos
- 91.Modo de produção dos regulamentos
- 92.Publicação e vigência dos regulamentos

CAPÍTULO VII PROCEDIMENTO CONTRATUAL

93. Contratos da administração pública e contratos administrativos
94. A formação do contrato
95. A execução do contrato
96. Espécies de contratos administrativos
97. A invalidade do contrato

CAPÍTULO VIII A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

98. Noção, origens, objectivos e modalidades
99. A responsabilidade subjectiva
100. A responsabilidade objectiva

PARTE IV AS GARANTIAS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I AS GARANTIAS EM GERAL E AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS EM ESPECIAL

101. Conceitos e tipos
102. As garantias petitorias (direitos de petição, de representação, de denúncia, de oposição administrativa e de queixa para o Provedor de Justiça)
103. A queixa ao Provedor de Justiça em especial
104. As garantias impugnatórias
1. Reclamação
2. Recurso hierárquico
3. Recurso hierárquico impróprio
4. Recurso tutelar

CAPÍTULO II AS GARANTIAS JURISDICIONAIS – A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

105. Noção
106. Órgãos da jurisdição administrativa
107. Âmbito da jurisdição administrativa
108. Competência dos tribunais administrativos
109. Elementos do processo administrativo contencioso
110. Os grandes princípios do processo administrativo contencioso
111. Os meios processuais
112. Vão da causa, formas de processo e alçadas
113. Patrocínio judiciário

CAPÍTULO III ARBITRAGEM

114. Noção
115. Dificuldades da arbitragem em matéria administrativa
116. Âmbito.

Almy

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO QUEIRÓ, “Lições de Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1976;
- DIOGO FREITAS DO AMARAL, “Curso de Direito Administrativo”, Vols I e II, Almedina;
- GUILHERME DA FONSECA/LÚCIA RODRIGUES, “Direito Administrativo”, AAFDL, 2004;
- JOÃO CAUPERS, “Introdução ao Direito Administrativo”, 9ª Ed., Âncora;
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, “Direito Administrativo e Fiscal”, Coimbra, 1996 (lições policopiadas);
- JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “Noções de Direito Administrativo”, Lisboa, 1982.
- MARCELO CAETANO, “Manual de Direito Administrativo”, Vols. I e II, 10ª e 9ª Eds., respectivamente;
- MARCELO RERBELO DE SOUSA, “Lições de Direito Administrativo”, Lisboa, 1994/1995;
- MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, “Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1984;
- ROGÉRIO SOARES, “Direito Administrativo”, Coimbra, 1978.

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	Haverá duas frequências escritas
Avaliação Periódica	O aluno dispensará de exame se obtiver a nota mínima de 10 (dez) valores
Avaliação Final	Em exame o aluno considerar-se-á aprovado se obtiver a nota mínima de 10(dez) valores

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Horário José de Campos Alves